

Railec Energia e Construção S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Railec Energia e Construção S.A.
Fortaleza/Ce

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Railec Energia e Construção S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Railec Energia e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de março de 2022 e não apresentou ressalvas.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das práticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 31 de maio de 2023

CONTROLLER AUDITORIA E ASSESSORIA CONTÁBIL S/S - EPP

Auditores Independentes

CRC 232-J/CE



FRANCISCO MOISÉS DE ALMEIDA GOMES

Diretor Técnico

Contador CRC (CE) – 12.837

CPF: 575.694.793-00

CNAI – 2.011

Railec Energia e Construcao S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2022	2021	Passivos	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	11.290	23.389	Fornecedores	14	10.551	1.633
Contas a receber de clientes	9	40.021	3.364	Empréstimos e financiamentos	15	10.516	148
Adiantamentos a fornecedores		2.158	3.633	Salários, provisões e encargos sociais	16	6.677	1.276
Adiantamentos a funcionários		12	6	Obrigações fiscais e outros impostos	17	1.854	440
Pagamentos antecipados		489	490	Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	-	1.321
Imposto de renda e contribuições a recuperar	10a	2.060	1.219	Parcelamentos tributários	18	1.170	1.329
Demais impostos a recuperar	10b	812	301	Adiantamento de clientes	20	23.035	12.168
				Outras provisões		5	48
Total do ativo circulante		56.842	32.402	Total do passivo circulante		53.808	18.363
Aplicações Financeiras		22	24	Empréstimos e financiamentos	15	6.667	62
Pagamentos antecipados		40	167	Créditos de acionistas	11b	2.091	-
Depositos Judiciais		276	-	Parcelamentos tributários	18	3.531	4.701
Realizável a longo prazo		338	191	Total do passivo não circulante		12.289	4.763
Imobilizado	12	9.554	1.059	Patrimônio líquido	21		
Intangível	13	7	39	Capital social		9.174	6.954
Total do ativo não circulante		9.899	1.289	Reserva de lucros		-	3.611
				Prejuízos acumulados		(8.530)	-
				Total do patrimônio líquido		644	10.565
Total do ativo		66.741	33.691	Total do passivo e do patrimônio líquido		66.741	33.691

Railec Energia e Construcao S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita líquida	22	166.580	19.745
Custo dos serviços prestados	23	<u>(163.865)</u>	<u>(17.000)</u>
Lucro bruto		2.715	2.745
Despesas de vendas	24	(1.290)	(1.131)
Despesas administrativas	25	(7.825)	(9.398)
Despesas tributárias		(672)	(832)
Outras despesas		(861)	(20)
Outras receitas		864	34.539
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(7.070)</u>	<u>25.903</u>
Receitas financeiras	26	795	944
Despesas financeiras	26	<u>(3.646)</u>	<u>(448)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>(2.851)</u>	<u>496</u>
Resultado de equivalência patrimonial		-	(153)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(9.921)</u>	<u>26.246</u>
Imposto de renda e contribuição social	19	-	(8.691)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>(9.921)</u>	<u>17.555</u>
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$		<u>(0,9921)</u>	<u>1,7555</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Railec Energia e Construcao S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(9.921)	17.555
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(9.921)</u></u>	<u><u>17.555</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Railec Energia e Construcao S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		6.954	1.151	18.332	-	26.437	(71)	26.366
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.555	17.555	-	17.555
Reserva legal		-	240	-	(240)	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	21	-	-	(18.332)	-	(18.332)	-	(18.332)
Antecipação de lucros e dividendos	21	-	-	-	(15.095)	(15.095)	-	(15.095)
Baixas de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	71	71
Retenção de lucros		-	-	2.220	(2.220)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		6.954	1.391	2.220	-	10.565	-	10.565
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(9.921)	(9.921)	-	(9.921)
Integralização de capital com reserva de lucros		2.220	-	(2.220)	-	-	-	-
Compensação da reserva legal com prejuízos		-	(1.391)	-	1.391	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		9.174	-	-	(8.530)	644	-	644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Railec Energia e Construcao S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(9.921)	17.555
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	741	205
Baixa imobilizado	29	-
Receita de juros, líquida	2.851	496
Juros pagos	(2.511)	(233)
Resultado de equivalência patrimonial	-	153
Ganho na alienação de investimento	-	(34.539)
Imposto de renda e contribuição social	-	8.691
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(36.657)	5.949
Adiantamento a fornecedores	1.469	(3.607)
Pagamentos antecipados	128	284
Impostos a recuperar	(1.352)	670
Outras contas a receber	(236)	(2.712)
Fornecedores	8.918	1.345
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	6.815	(516)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(1.321)	(4.542)
Adiantamento de clientes	10.867	11.820
Parcelamentos tributários	(1.329)	3.801
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(21.509)	4.820
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recursos provenientes da alienação de investimentos	-	45.772
Aquisição de imobilizado	(9.233)	(272)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento	(9.233)	45.500
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	2.118	-
Recebimento de empréstimos ou financiamentos	18.000	-
Amortização de empréstimos e financiamentos tomados	(1.475)	(147)
Pagamentos de dividendos	-	(35.242)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento	18.643	(35.389)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(12.099)	14.931
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	23.389	8.458
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	11.290	23.389
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(12.099)	14.931

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Railec Energia e Construção S.A. (Antes Alubar Energia S.A.) “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada na Avenida Santos Dumont, 2088, Aldeota, no município de Fortaleza, estado do Ceará, Brasil, CEP: 60150-161. Foi constituída em setembro de 2005, tendo por objetivo a exploração, a construção, a implantação, a operação, a manutenção preventiva e corretiva e a montagem dos sistemas de linhas de transmissão e/ou de transporte e distribuição de rede de energia elétrica, distribuição e geração de energia convencional, eólica, solar, biodiesel e demais, além de investimentos em outras empresas.

Em junho de 2022, por razões estratégicas, a Companhia transferiu sua sede da cidade de Barcarena, estado do Pará, para a cidade de Fortaleza, no estado do Ceará.

1.1 Relação da Companhia com investidas

A Companhia detinha investimentos nas seguintes empresas, que também atuam no segmento de energia:

Alubar Embuaca Energia Eólica S.A. (“Embuaca”) – Controlada

A Alubar Embuaca Geradora de Energia Eólica S.A. sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31 de março de 2008, com sede na avenida Santos Dumont, nº 2088, sala 507, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. Seu objeto social era a implantação da central geradora de energia eólica e do respectivo sistema de transmissão de interesse restrito, bem como a produção e a comercialização da energia gerada.

A Companhia possuía uma participação acionária de 75% na Controlada, a qual foi encerrada e dissolvida em 9 de novembro de 2021.

Eólica Mangue Seco I – Controlada em Conjunto

A Eólica Mangue Seco I - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2010, com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Mangue Seco I, na cidade de Guamaré, estado do Rio Grande do Norte. As operações da Eólica Mangue Seco I iniciaram-se em setembro de 2011. A Companhia era controlada em conjunto com o acionista Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras.

Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia iniciou ao processo de venda de sua participação de 51% no capital da investida, devido a decisões estratégicas tomadas pelos acionistas. A alienação foi concluída em 09 de abril de 2021, por meio do documento intitulado "termo de fechamento e outras avenças".

1.2 Impactos relacionados a Covid-19

A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, afetou os negócios e atividades econômicas de forma global.

A Companhia tem acompanhado a evolução da pandemia e seus desdobramentos no país e no mundo, adotando medidas para preservar a saúde e segurança de seus colaboradores, garantir a continuidade da operação e manter os empregos, além de cumprir os compromissos contratuais assumidos com clientes ao manter a produção e entrega dos projetos.

Elevação dos Custos

Conforme a nota explicativa nº 23, a Companhia enfrentou um significativo aumento nos custos dos insumos para execução das obras. Esse aumento foi causado por vários fatores, incluindo os impactos relacionados à pandemia da COVID-19. Apesar das tentativas de negociação, os fornecedores da Companhia não conseguiram manter os preços cotados no momento em que a proposta foi fechada para apresentação aos clientes.

A Companhia pleiteou a reparação dos custos elevados junto aos clientes, mas ainda não obteve sucesso nas negociações.

1.3 Concentração de clientes

A Companhia concentrou suas receitas e contas a receber nos projetos abaixo relacionados nos últimos 2(dois) exercícios:

	2022			2021		
	Contas a receber (Nota 9)	Receita (Nota 23)	Análise vertical %	Contas a receber (Nota 9)	Receita (Nota 23)	Análise vertical %
Serra do Mato Energia Solar	27.274	53.989	31%	-	-	-
Enel Green Power – LT Lagos dos Ventos III	11	39.530	23%	586	14.957	72%
Parque Eólico Serra do Seridó – LT Serra do Seridó	2.940	21.803	13%	1.432	1.432	7%
Simm Soluções Integrais – LT Santo Agostinho	9	19.279	11%	446	446	2%
Enel Green Power – LT Complexo Eólico Aroeira	4.776	16.897	10%	193	193	1%
Eólica Caetitê – LT Caetitê Fase II_Igaporã III	1.063	14.593	8%	-	1.311	6%
UTE GNA II Geração de Energia	3.948	6.554	4%	0	-	0%
Enel Brasil - LT Pedra Pintada	-	89	0%	0	-	0%
Perfurações U.F.V Sol do Sertão-Seta Eng.	-	-	0%	367	1.525	7%
Serrote Geração de Energia Elétrica – LT Serrote	-	-	0%	-	511	3%
LT 345 Kv Porto Açú/Campos GNA Prumo	-	-	0%	-	246	1%
Perfurações U.F.V Delmiro Golveia-Araxá	-	-	0%	-	169	1%
Perfurações U.F.V Paulistana	-	-	0%	-	52	0%
Perfurações Rio dos Ventos – Cortez Eng.	-	-	0%	-	11	0%
Grid Solutions - LT 500 Kv - UTE Sergipe	-	-	0%	194	-	0%
U.F.V Ribeirão – Aruanã Energia	-	146	0%	146	-35	0%
Total	40.021	172.588	100%	3.364	20.818	100%



A Companhia possui contratos vigentes com obras em andamento nos seguintes projetos:

- Implantação da Linha de Transmissão 500KV Aroeira – Ourolândia, localizada no município de Ourolândia-BA, cliente Enel Green Power. Contrato possui um valor global de R\$ 33.186, tendo sofrido reajuste de R\$ 4.254. A Companhia detém uma participação no valor de R\$ 21.660
- Implantação da Linha de Transmissão 230KV Caetité Fase II-Igaporã III, localizada no município de Caetité-BA, cliente Eólica Caetité D. Contrato possui um valor global de R\$ 27.918, tendo sofrido um reajuste de R\$ 3.000. A Companhia detém uma participação no valor de R\$ 16.573 e, adicionalmente, terá direito a um bônus de R\$ 2.700, caso consiga concluir a entrega do projeto até o final de maio de 2023.
- Implantação da Linha de Transmissão 500KV Serra do Seridó – Santa Luzia II, localizada entre os municípios de Junco do Seridó-PB e Santa Luzia-PB, cliente Parque Eólico Serra do Seridó VI. Contrato possui um valor global de R\$ 42.189, tendo sofrido reajuste de R\$ 914. A Companhia detém uma participação de R\$ 23.235.
- Implantação da Usina Fotovoltaica Serra do Mato, localizada no município de Trairi-CE, clientes Serra do Mato III Energia Solar SPE S/A e Serra do Matos IV SPE S/A. Contrato possui um valor global de R\$ 92.500, no qual a Companhia detém uma participação de R\$ 58.736.
- Implantação da Linha de Transmissão em 500KV que interligará a SE UTE GNA II à Subestação Campos II, localizada entre os municípios de São João da Barra - RJ e Campos dos Goytacazes - RJ, cliente UTE GNA II Geração de Energia S/A. Contrato possui um valor global de R\$ 158.241, tendo sofrido um reajuste de R\$ 8.105. A Companhia tem uma participação no valor de R\$ 78.074 e, adicionalmente, terá direito a um bônus de R\$ 10.000, caso consiga concluir a entrega do projeto até o final de dezembro de 2023.
- Implantação da Linha de Transmissão em 500KV Parque Eólico Pedra Pintada, localizada no município de Ourolândia-BA, cliente Enel Brasil. Contrato possui um valor global de R\$ 58.622, no qual a Companhia detém uma participação de R\$ 41.451.

1.4 Procedimentos Arbitrais

A Companhia entrou com um processo de arbitragem no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá devido a um litígio com a empresa STI Norland. O pleito refere-se aos trabalhos, retrabalhos e insumos adicionais empregados pela Companhia no projeto da usina de energia solar de Malta e Angico, que não estavam previstos na proposta do contrato de subempreitada para fundações.

O contrato em questão foi firmado em janeiro de 2018 e concluído no mesmo ano. Segundo os advogados do processo, a Companhia tem boas chances de ganhar a arbitragem e receber um

montante de R\$ 4.500 de indenização em 2023, considerando o excesso ao escopo do contrato, que foi atribuído à culpa e responsabilidade da contratante.

2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 22 de maio de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e corresponde àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 7.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 22 – Receita líquida na prestação de serviços: determinar se a Companhia atua como agente na transação ou como principal.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no

próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 – Contas a receber: critérios e montantes da provisão para redução ao valor recuperável;

Nota explicativa 12 e 13 – Imobilizado e Intangível: estimativa de vida útil dos ativos;

Nota explicativa 27 - Instrumentos financeiros: determinar o valor justo dos ativos financeiros e outros passivos financeiros.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimentos originais de três meses ou menos e apresentam risco insignificante de variação de valor (Nota explicativa 8).

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, valores a compensar e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia e suas controladas reconhecem os recebíveis inicialmente na data em que foram

originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente financeiro significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR) com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A Companhia e suas controladas mensuram o ativo financeiro ao custo amortizado quando:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia e suas controladas mensuram o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando:

- (i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia faz uma avaliação do objeto do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em nível de portfólio, porque isso reflete a melhor forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxo de caixas através da venda dos ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos afetam o modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia e suas controladas.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais para apenas pagamentos de capital e juros

Para fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial, juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando método de taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros

são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou se expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge (“hedge accounting”)

A Companhia e suas controladas não fazem uso de contabilidade de hedge nos exercícios de 2022 e 2021.

c. Contas a receber

As contas a receber são valores a receber dos clientes pelos serviços prestados pela Companhia no curso normal de suas atividades (Nota Explicativa nº 9).

Os registros do contas a receber são feitos com base nos valores faturados, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Se necessário, é feita uma provisão esperada de perdas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

d. Pagamentos antecipados

Os pagamentos antecipados são compostos por prêmios de seguros a apropriar avaliados ao custo, as apropriações são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta.

Quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis estas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento

do exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

f. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Software	05 anos
----------	---------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

g. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes quando o pagamento é devido dentro de 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivos não circulantes.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia é tributada pelo lucro real por estimativa mensal, com balancetes de suspensão.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

j. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos próprios efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar” por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda (ações) são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos sendo registrados em “dividendos a receber”.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido, desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

k. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Receita operacional

Percentage of completion (POC)

A receita de serviços prestados compreende o valor inicial acordado em contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

CPC 47– Receita de contrato com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47 consolida várias normas que tratam da receita, de modo que sua forma de reconhecimento, antes previsto em diversos pronunciamentos (CPC 17, CPC 30, ICPC 02, ICPC 11), seja abordada em norma única.

De acordo com o CPC 47 a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento de transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo.

Para que se possa reconhecer uma receita decorrente de um contrato com clientes, o pronunciamento estabelece um conjunto de cinco critérios objetivos a serem cumpridos conjunta e simultaneamente, são eles: (i) identificar o contrato com o cliente; (ii) identificar obrigações estabelecida no contrato; (iii) determinar o preço de transição; (iv) alocar o preço de transição; (v) reconhecer a receita no cumprimento da obrigação.

A Companhia utiliza o método *percentage of completion* (POC) para reconhecimento de receita em contratos de longo e curto prazo.

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia contabiliza os efeitos dos contratos somente quando: (i) as partes aprovam o contrato; (ii) puder identificar os direitos de cada parte e os termos de pagamentos estabelecidos; (iii) o contrato possuir substância comercial; e (iv) for provável o recebimento da contraprestação que a Companhia tem direito.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou de

perda líquida.

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e as despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica “Receitas e despesas financeiras”.

o. Avaliação do valor recuperável de ativo

(i) Ativos financeiros

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstância indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

Evidências objetivas de que ativos financeiros tiveram perda de valor:

- inadimplência ou atraso do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- indicativos de que o devedor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamento dos devedores.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas de recuperação, os valores são baixados. Quando é indicado uma redução da perda, a provisão é revestida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados a cada final de exercício para apurar se há indicações de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo será estimado.

Não foram identificados pela Companhia indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos.

p. Transações com partes relacionadas

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) as transações com partes relacionadas são conceituadas como a “transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação a uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida”.

São consideradas partes relacionadas as pessoas (físicas) ou entidades (pessoas jurídicas) que estão relacionadas com a Companhia.

- (i) Considera-se pessoa relacionada a Companhia, quando:
 - (a) tiver o controle pleno ou compartilhado da Companhia;
 - (b) tiver influência significativa sobre a Companhia;
 - (c) for membro do pessoal com influência relevante da administração da Companhia ou de sua controladora, entendendo-se como pessoal com influência relevante da administração aqueles que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente (Pessoa com Influência Relevante).
- (ii) Considera-se uma entidade relacionada a Companhia, quando:
 - (a) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas), tiver influência significativa sobre a Companhia ou tiver controle conjunto sobre a Companhia;
 - (b) for coligada da Companhia ou de uma terceira entidade que estiver sob o controle conjunto com a Companhia;
 - (c) for entidade controlada (individualmente ou sob controle conjunto);
 - (d) pertencer ao mesmo grupo econômico.
- (iii) Todas as transações entre partes relacionadas da Companhia com pessoas ou entidades, deverá ser formalizada em contrato, devendo constar os seguintes termos:
 - (a) estar em condições de mercado;
 - (b) descrição das transações;
 - (c) impactos com juros, multas e impostos sobre as transações;
 - (d) devem ser aprovadas por todas as partes.

q. Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias subscritas e a integralizar. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

r. Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia avalia se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os contratos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas, equipamentos e imóveis comercial ou não (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo, de prazo indeterminado e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia analisou todos os contratos firmados em 2022, e não identificou contratos de arrendamentos acima de 12 meses com valor considerável.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivadas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao IAS 12/CPC 32);
- Contrato de seguros: abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação (IFRS 17/CPC 50). Essa norma não se aplica à Companhia;
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao IAS 1/CPC 26);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao IAS 1/CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao IAS 8/CPC 23).

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fundos de investimentos-FI	5.743	8.803
Certificados de depósitos bancários-CDB	5.443	14.563
Bancos	<u>104</u>	<u>23</u>
Total	<u>11.290</u>	<u>23.389</u>

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. Os investimentos em aplicações financeiras de curto prazo são efetuados por período que variam de um dia a três meses e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), estão indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Esses depósitos são remunerados à taxa média de 100% do CDI para os anos de 2022 e 2021.

Os Fundos de Investimentos (FI), estão indexados pela variação do CDI, remunerados a taxa média de 78 a 96% em 2022, e 92 a 100%, 2021.

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e em Fundos de Investimentos podem ser resgatadas imediatamente em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que a intenção da administração é fazer uso desses recursos em um curto prazo.

As análises de risco de crédito e risco de mercado estão apresentadas na Nota explicativa nº 27.

9 Contas a receber de clientes

a. Composição dos saldos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber - POC	32.517	2.609
Duplicatas a receber - Notas faturadas	7.504	755
Total	<u>40.021</u>	<u>3.364</u>

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, se aplicável.

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras do devedor, probabilidade de insolvência e outros fatores indicativos de deterioração do crédito são considerados em análises individuais e em análises de grupos de ativos de risco semelhantes.

As contas a receber - POC, refere-se a saldo a receber (ainda não faturado) calculado pelo método POC, das obras: LT Complexo Eólico Aroeira (R\$ 4.776), LT Caetité Fase II (R\$ 1.063) LT Serra do Seridó (R\$ 2.940), UFV Serra do Mato (R\$ 23.001), UTE GNA II (R\$ 737) representando 81,25% do total do contas a receber.

As receitas são efetivamente faturadas de acordo com o boletim de medição e após aprovação do cliente.

A Companhia não possui histórico ou perspectiva de perdas relacionadas às suas contas a receber. Por esse motivo, não foi constituída provisão para perdas esperadas do contas a receber.

b. Saldo de duplicatas a receber por vencimento

O saldo de duplicatas a receber, está composto por títulos a vencer no montante de R\$ 7.504, (R\$ 755, 2021)

10 Impostos a recuperar

O saldo da conta de impostos a recuperar nos anos de 2022 e 2021 está assim representado:

a. Imposto de renda e contribuições sociais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
IRPJ base negativa (a)	1.194	954
CSLL (a)	365	265
PIS/COFINS (b)	<u>501</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.060</u>	<u>1.219</u>

- (a) Durante os exercícios de 2021 e 2022, a Companhia gerou base negativa para IRPJ e CSLL ao apurar o lucro real por estimativa mensal. Esse resultado se deve à variação de lucros e prejuízos mensais ocorridos durante o período e ao fato de que, na apuração final do lucro fiscal, a Companhia efetuou um recolhimento superior ao montante devido. Esses valores serão compensados com obrigações tributárias da mesma espécie ou, se aplicável, restituídos ao caixa.

PIS e COFINS, retidos sobre os serviços prestados, ou pagos antecipadamente na operação de importação de bens do ativo imobilizado. Esses valores serão compensados com obrigações tributárias da mesma espécie ou, se aplicável, restituídos ao caixa.

b. Demais impostos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ISS a recuperar (a)	779	29
INSS a recuperar (a)	33	272
Total	<u>812</u>	<u>301</u>

- (a) Os valores decorrem de impostos retidos por serviços prestados. Serão compensados com as obrigações tributárias da mesma espécie ou restituídos ao caixa da Companhia.

11 Transações com partes relacionadas

a. Operações com o pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração inclui os diretores. A remuneração dos honorários da diretoria por serviços prestados, está apresentada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Railec Energia e Construção S.A.	698	704

As investidas não apresentaram remuneração para o pessoal-chave da Administração.



b. Mútuos com acionistas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e a Acionista majoritária Aluminum Investment foi de R\$ 2.091, após a conversão para a moeda local e os ajustes de variação cambial.

O valor original do contrato, que foi utilizado como capital de giro para gerenciamento do fluxo de caixa da Companhia, foi de 400 mil dólares.

12 Imobilizado

Movimentação dos saldos:

	Taxas de depreciação	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Saldo em 2022
Custo contábil					
Móveis e utensílios	10%	71	-	-	71
Máquinas e equipamentos	10%	1.535	8.798	(29)	10.304
Computadores e periféricos	20%	359	435	-	794
Total do ativo		1.965	9.233	(29)	11.169
Total da depreciação acumulada		(906)	(709)	-	(1.615)
Total líquido		1.059	8.524	(29)	9.554
	Taxas de depreciação	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Saldo em 2021
Custo contábil					
Móveis e utensílios	10%	76	2	(7)	71
Máquinas e equipamentos	10%	1.410	125	-	1.535
Computadores e periféricos	20%	207	152	-	359
Total do ativo		1.693	279	(7)	1.965
Total da depreciação acumulada		(744)	(162)	-	(906)
Total líquido		949	117	(7)	1.059

A Companhia não identificou indicativos para reconhecimento de perda por impairment dos ativos imobilizados.

13 Intangível

Movimentação dos saldos

	Taxas de amortização	Saldo em 2021	Adições	Saldo em 2022
Custo contábil				
Software	20%	211	-	211
Total do ativo		211	-	211



Total da amortização acumulada		<u>(172)</u>	<u>(32)</u>	<u>(204)</u>
Total líquido		<u>39</u>	<u>(32)</u>	<u>7</u>
	Taxas de amortização	Saldo em 2020	Adições	Saldo em 2021
Custo contábil				
Software	20%	<u>211</u>	-	<u>211</u>
Total do ativo		<u>211</u>	-	<u>211</u>
Total da amortização acumulada		<u>(129)</u>	<u>(43)</u>	<u>(172)</u>
Total líquido		<u>82</u>	<u>(43)</u>	<u>39</u>

A Companhia não identificou indicativos para reconhecimento de perda por *impairment* dos ativos intangíveis.

14 Fornecedores

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores (a)	<u>10.551</u>	<u>1.633</u>
Total	<u>10.551</u>	<u>1.633</u>

- (a) O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo, prestadores de serviços e locações para utilização nas execuções de obras. Em comparação com o ano de 2021, o saldo contábil de fornecedores a pagar teve um aumento de R\$ 8.918, onde o principal motivo desse aumento, é o grande fluxo de contratações de fornecedores devido ao aumento de quantidades de obras em execução. As liquidações dos fornecedores têm o prazo médio de 30 dias.

15 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Instituições financeiras			
Banco Industrial do Brasil (c)	Selic + TX efetiva 0,59% a.m.	5.349	-
Banco do Brasil (b)	CDI + TX efetiva 4% a.a.	4.693	-
Banco Industrial do Brasil (d)	Selic + TX efetiva 0,634 a.m.	4.069	-
Banco PINE (e)	CDI + TX efetiva 0,70% a.m.	3.010	-
Banco do Nordeste (a)	TX efetiva 0,17% a.m.	62	210
Circulante		10.516	148
Não circulante		6.667	62

- (a) No ano de 2018 a Companhia contratou empréstimo junto ao banco do Nordeste no valor de R\$ 520 para investir em maquinários. O pagamento do empréstimo é parcelado em 54 vezes, já liquidadas 49 parcelas. O saldo remanescente será quitado no ano de 2023.

- (b) No ano de 2022 a Companhia obteve empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 5.000 junto ao banco do Brasil. O contrato foi firmado em 36 parcelas, incluindo um período de carência de 6 meses. A liquidação do valor principal e encargos ocorrerá em 30 parcelas, sendo que já foram quitadas 2 parcelas. O saldo remanescente será pago nos próximos exercícios.
- (c) No ano de 2022 a Companhia obteve empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 6.000 junto ao banco Industrial do Brasil. O contrato foi firmado em 24 parcelas, incluindo um período de carência de 6 meses. A liquidação do valor principal e dos encargos ocorrerá em 18 parcelas, sendo que já foram quitadas 2 parcelas. O saldo remanescente será pago nos próximos exercícios.
- (d) Em 2022, a Companhia obteve outro empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 4.000 junto ao Banco Industrial do Brasil. O contrato foi firmado em 24 parcelas, incluindo um período de carência de 6 meses. A liquidação do valor principal e dos encargos será realizada em 18 parcelas durante os próximos exercícios.
- (e) No ano de 2022 a Companhia obteve empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 3.000 junto ao Banco PINE. O contrato foi firmado em 12 parcelas, incluindo um período de carência de 3 meses. A liquidação do valor principal e dos encargos ocorrerá em 9 parcelas, que serão quitadas em 2023.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados com instituições financeiras não possuem cláusulas de restrições.

(i) Cronograma de desembolsos dos empréstimos bancários

Ano	Valor
2023	10.738
2024	5.778
2025	667
Total	17.183

(ii) Fiança

A Companhia possui contrato de fiança junto ao banco PINE no valor de R\$ 4.219 e banco Daycoval no valor de R\$ 13.774 com o objeto de cobertura do contrato de Engenharia, Fornecimento e Construção Civil de Linhas de Transmissão e Subestações.

16 Salários, provisões e encargos sociais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de férias e encargos	3.268	764
Salários a pagar	2.111	125
Encargos s/folha	1.225	387
Rescisões a pagar	73	-
Total	<u>6.677</u>	<u>1.276</u>

17 Obrigações fiscais e outros impostos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ISS a recolher	1.272	141
Outros impostos e contribuições	545	274
INSS terceiros	34	21

COFINS a recolher	3	3
PIS a recolher	-	1
Total	1.854	440

18 Parcelamentos tributários

	2022	2021
Parcelamento simplificado (c)	3.307	4.275
PERT (a)	1.394	1.596
Parcelamento ordinário (b)	-	159
Total	4.701	6.030
Circulante	1.170	1.329
Não circulante	3.531	4.701

- (a) Em 2017 a Companhia optou pela adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), com base na MP 783 e IN 1752, fazendo uso opção de 5% de entrada e o saldo será liquidado em 145 vezes, já liquidadas 60 parcelas, restando 85 parcelas a liquidar em exercícios seguintes.
- (b) No ano de 2017 a Companhia optou pelo Parcelamento ordinário para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) referente ao 2º trimestre daquele ano. O prazo para quitação foi em 60 parcelas e o parcelamento foi concluído em 2023.
- (c) No ano de 2021 a Companhia aderiu ao Parcelamento simplificado para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) referente a apuração de abril de 2021, com prazo de liquidação entre 60 parcelas, já liquidadas 19 parcelas, restando 41 parcelas a liquidar em exercícios seguintes.

Cronograma de quitação dos parcelamentos tributários (não-circulante):

Ano	Valor
2024	1.170
2025	1.170
2026	604
2027	202
2028	202
2029	183
Total	3.531

19 Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
IRPJ a recolher	-	1.321
Total	-	1.321

A Companhia é optante pelo Lucro Real por estimativa mensal com percentual de imposto 15% IRPJ e 10% adicional para o IRPJ e 9% CSLL.

Reconciliação da taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social



Railec Energia e Construção S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro Líquido Antes do IRPJ/CSLL	(9.921)	(9.921)	-
Alíquotas nominais	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(2.480)	(893)	(3.373)
Adições permanentes	175	175	
Exclusões temporárias	(47)	(47)	
Exclusões permanentes	(953)	(953)	
Lucro real	(10.746)	(10.746)	
	2021		
	IRPJ	CSLL	Total
Lucro Líquido Antes do IRPJ/CSLL	26.246	26.246	-
Alíquotas nominais	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(6.562)	(2.362)	8.924
Adições temporárias	3.596	3.596	
Exclusões temporárias	(3.242)	(3.242)	
Lucro real	26.600	26.600	
Compensação 30% prejuízo fiscal ano anterior	(523)	(523)	
Base de Cálculo	26.077	26.077	
IRPJ 15%	3.912	-	3.912
CSLL 9%	-	2.347	2.347
Adicional IRPJ de 10%	2.584	-	2.584
Dedução PAT	(151)	-	(151)
Despesas provisionadas de IRPJ e CSLL	6.345	2.347	8.692
Alíquota efetivas	24,18%	8,94%	33,12%

De acordo com o quadro apresentado acima e com a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a Companhia registrou um prejuízo no ano de 2022, o que resultou em um prejuízo fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e uma base negativa para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O prejuízo fiscal e a base negativa poderão ser utilizados para compensar os lucros obtidos em exercícios futuros, desde que a compensação não exceda 30% da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, limitados ao valor do prejuízo fiscal e da base negativa do referido ano.

20 Adiantamento de clientes

	2022	2021
Adiantamento de clientes POC (Faturamento) (b)	15.028	1.030
Adiantamento de clientes (a)	8.007	11.138
Total	23.035	12.168



- (a) A rubrica “adiantamento de clientes”, refere-se aos montantes recebidos em caixa e equivalentes de caixa, para mobilização e inícios dos trabalhos para execução das obras e projetos, e serão compensados a medida em que os faturamentos forem ocorrendo.
- (b) A rubrica “adiantamento de clientes POC (Faturamento)”, se refere aos valores já faturados aos clientes, mas cuja performance do orçamento contratual ainda não foi realizada. Esses valores são compensados à medida em que os custos vão sendo incorridos e o reconhecimento de receita através do método POC é realizado.

21 Patrimônio líquido

Capital social

Dividido em ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

Sócios	Participação (2022 e 2021)			Capital integralizado
	%	Ações	Valor	
Aluminum Investment S.A.	99,00	9.900.000	9.900	9.172
José Maria Barale	0,34	34.000	34	0,8
Miguel Francisco Arnaud	0,33	33.000	33	0,8
Mariano Gaston Peterlin	0,165	16.500	16,5	0,4
Maria Fernanda Peterlin	0,165	16.500	16,5	0,4
Total	100	10.000.000	10.000	9.174

Sócios	Participação (2021 e 2020)			Capital integralizado
	%	Ações	Valor	
Aluminum Investment S.A.	99,00	9.900.000	9.900	6.952
José Maria Barale	0,34	34.000	34	0,8
Miguel Francisco Arnaud	0,33	33.000	33	0,8
Mariano Gaston Peterlin	0,165	16.500	16,5	0,4
Maria Fernanda Peterlin	0,165	16.500	16,5	0,4
Total	100	10.000.000	10.000	6.954

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto Social da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

Reservas

	2022	2021
Reserva legal	-	1.391
Reserva de lucros	-	2.220
Total	-	3.611

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da



Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o art. 189 da Lei nº 6.404/76, o saldo da reserva legal foi compensado pelo prejuízo registrado no exercício de 2022.

Reserva de lucros

Os lucros retidos serão objeto de definição em reunião de Assembleia Geral Ordinária do Conselho de Administração, cuja provável destinação será a distribuição, dentro do permitido em Lei, e a incorporação ao capital ou investimento.

Em 2021, foram aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleias Geral, a utilização da reserva de lucros para distribuição de dividendos no montante de R\$ 18.332, e R\$ 15.095 a título de antecipação de lucros.

Em 2022, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral a reversão do resultado de 2021, no montante de R\$ 2.220, para ser integralizado no Capital Social.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(9.921)	17.555
Constituição da reserva legal	-	(240)
Base para distribuição de dividendos	<u>-</u>	<u>17.315</u>
Dividendos a distribuir 25%	<u>-</u>	<u>4.329</u>

Devido ao prejuízo incorrido em 2022, os dividendos mínimo obrigatórios de 25% não foram reconhecidos.

Em razão da antecipação de lucros realizada em 2021 no montante de R\$ 15.095, a Companhia não reconheceu a provisão dos dividendos mínimos propostos de 25% conforme estabelecido no estatuto social, pois o valor antecipado foi superior aos dividendos mínimos previstos.

22 Receita líquida de prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, é proveniente de contratos de execução de projetos, mediante contratação de produtos e serviços, apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2022	2021
Receita bruta de prestação de serviços	172.588	20.818
Deduções		
ISS sobre faturamento	(6.008)	(1.025)
PIS sobre faturamento	-	(9)
COFINS sobre faturamento	-	(39)
Total de deduções	(6.008)	(1.073)
Total de receita contábil	166.580	19.745

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, e é reconhecida ao longo do tempo com base no método percentual de conclusão do projeto. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os adiantamentos recebidos são reconhecidos no passivo e compensados na medida em que a receita é faturada.

23 Custo de serviços prestados

	2022	2021
Serviços de terceiros	(89.422)	(6.840)
Pessoal	(48.187)	(5.343)
Materiais	(14.253)	(2.656)
Outros custos	(12.003)	(2.161)
Total	163.865	17.000

Os custos gerais foram elevados em decorrência do aumento no volume de obras em andamento, o que exigiu aquisição de materiais, locação de equipamentos, contratação de subempreiteiros e contratação de mão de obra direta. Além disso, houve um considerável aumento de custos causado pela pandemia da Covid-19, que teve início em 2020, juntamente com os conflitos internacionais e os aumentos inflacionários no país. Esses eventos impactaram negativamente os fornecedores da Companhia, que não conseguiram manter os preços cotados.

24 Despesas de vendas

	2022	2021
Pessoal	(1.153)	(945)
Depreciação e amortização	(115)	(125)
Outras	(10)	(15)
Serviços de terceiros	(7)	(22)
Viagens e hospedagens	(5)	(23)
Materiais	-	(1)
Total	(1.290)	(1.131)

25 Despesas administrativas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Serviços de terceiros	(3.682)	(4.662)
Pessoal	(2.938)	(3.776)
Outras	(437)	(273)
Aluguel e condomínio	(227)	(195)
Materiais	(213)	(122)
Viagens e hospedagens	(192)	(280)
Depreciação e amortização	(122)	(81)
Mobilidade	(14)	(9)
Total	<u>(7.825)</u>	<u>(9.398)</u>

26 Receitas financeiras líquidas

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de aplicações financeiras	710	722
Juros ativos	38	221
Variação cambial	31	-
Descontos auferidos	<u>16</u>	<u>1</u>
Total das receitas financeiras	795	944
Juros sobre empréstimos	(2.072)	(39)
Despesas bancárias	(1.069)	(198)
Juros passivos	(440)	(194)
Perdas com instrumentos financeiros	(48)	-
Desconto concedido	<u>(17)</u>	<u>(17)</u>
Total das despesas financeiras	(3.646)	(448)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(2.851)</u>	<u>496</u>

27 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Composição dos saldos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão identificados a seguir:



Railec Energia e Construção S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição	Classificação	Hierarquia de valor justo	2022		2021	
			Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	Custo amortizado		104	104	23	23
Aplicações financeiras	Custo amortizado		11.186	11.186	23.366	23.366
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		40.021	40.021	4.606	4.606
Outros passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado		(10.551)	(10.551)	(1.633)	(1.633)
Empréstimos e financiamentos bancários	Custo amortizado	2	(17.183)	(17.183)	(210)	(211)

Descrição	Classificação	Hierarquia de valor justo	2021		2020	
			Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	Custo amortizado		23	23	36	36
Aplicações financeiras	Custo amortizado		23.366	23.366	8.444	8.444
Contas a receber de clientes	Custo amortizado		4.606	4.606	9.313	9.313
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado		(1.633)	(1.633)	(288)	(288)
Empréstimos e financiamentos bancários	Custo amortizado	2	(210)	(211)	(357)	(359)

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, de taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração, que atua ativamente na sua gestão operacional.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora. Essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

Risco de mercado.

Risco de crédito.

Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição para esses riscos, os seus objetivos, as suas políticas e os seus processos de mensuração e gerenciamento de riscos.



Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da Companhia referente à estrutura de gerenciamento de risco.

A Companhia, através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger a Companhia contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de taxas de juros

É o risco que a Companhia se expõe em incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Para diminuir sua exposição a esse risco, a Companhia busca aplicar em Certificados de Depósito Bancários (CDB) pós-fixados atrelados ao CDI e em Fundos de Investimentos com taxas pré-fixadas lastreados em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores tenham pouco ou nenhum impacto significativo.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros que representam certa exposição ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras, são:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras	11.186	23.366
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Empréstimos e financiamentos	17.183	210

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia busca aplicar em fundos de investimentos com taxas pré-fixadas lastreados em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores tenham pouco ou nenhum impacto significativo.



A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com CPC 48, um cenário com a taxa projetada para 12 meses (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação considerada.

Foram incluídos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros							
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV (25%)	Cenário V (50%)
Ativos financeiros							
Aplicações Financeiras	CDI	11.186	12.724	13.109	13.493	12.340	11.955
Impacto no resultado		-	1.538	1.923	2.307	1.154	769
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(62)	(65)	(66)	(67)	(64)	(64)
	CDI	(17.121)	(19.475)	(20.064)	(20.652)	(18.887)	(18.298)
Impacto no resultado		-	(2.357)	(2.946)	(3.536)	(1.768)	(1.179)
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa projetada	+25%	+50%	(25%)	(50%)
CDI			13,75	17,19	20,63	10,31	6,88
IPCA			4,90	6,13	7,35	3,68	2,45

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela área financeira da Companhia, decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposição de crédito a clientes, incluindo o contas a receber de clientes em aberto.

A Companhia possui saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 11.290 mil em 31 de dezembro de 2022 (2021: R\$ 23.389 mil). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem o rating de crédito externo AAA. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos.

A gestão de risco de crédito da Companhia é feita por meio da execução de cronograma físico-financeiro, em que as entradas de recursos advindas dos clientes sejam compatíveis com o cronograma de prestação de serviços, de forma que o fluxo de caixa relacionado a cada período seja superavitário, e com constante acompanhamento dos recebimentos e do processo de produção de toda a carteira de clientes em aberto.



Railec Energia e Construção S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

De forma geral, a gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando a manter os resultados esperados.

O contas a receber de clientes têm risco de crédito considerado baixo considerando as características dos clientes da Companhia.

Quadro de operações do contas a receber expostas a risco de crédito:

	2022	
	Sem problemas de recuperação	Com problemas de recuperação
Serra do Mato Energia Solar	27.274	-
Enel Green Power – LT Complexo Eólico Aroeira	4.776	-
UTE GNA II Geração de Energia	3.948	-
Parque Eólico Serra do Seridó – LT Serra do Seridó	2.940	-
Eólica Caetité – LT Caetité Fase II_Igaporã III	1.063	-
Enel Green Power – LT Lagos dos Ventos III	11	-
Simm Soluções Integrais – LT Santo Agostinho	9	-
	40.021	-
Vencidos e a vencer sem problema de recuperação:		
A vencer		40.021
Total de contas a receber sem problema de recuperação		40.021

	2021	
	Sem problemas de recuperação	Com problemas de recuperação
Parque Eólico Serra do Seridó – LT Serra do Seridó	1.432	-
Eólica Caetité – LT Caetité Fase II_Igaporã III	1.242	-
Enel Green Power – LT Lagos dos Ventos III	586	-
Simm Soluções Integrais – LT Santo Agostinho	446	-
Perfurações U.F.V Sol do Sertão-Seta Eng.	367	-
Grid Solutions - LT 500 Kv - UTE Sergipe	194	-
Enel Green Power – LT Complexo Eólico Aroeira	193	-
U.F.V Ribeirão – Aruanã Energia	146	-
	4.606	-
Vencidos e a vencer sem problema de recuperação		
A vencer		4.606
Total de contas a receber sem problema de recuperação		4.606

31 de dezembro de 2022	Equivalente ao rating de crédito externo	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	com problemas de recuperação
Níveis 1-6: risco baixo		0%	40.021	-	Não
Níveis 7-9: risco razoável		10%	-	-	Não
Nível 11: duvidoso		50%	-	-	Não
Nível 12: perda		100%	-	-	Não
			40.021	-	



31 de dezembro de 2021	Equivalente ao rating de crédito externo	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	com problemas de recuperação
Níveis 1-6: risco baixo		0%	4.606	-	Não
Níveis 7-9: risco razoável		10%	-	-	Não
Nível 11: duvidoso		50%	-	-	Não
Nível 12: perda		100%	-	-	Não
			4.606	-	

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo que cumpra suas obrigações nos prazos acordados.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas, de forma que quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo.

28 Cobertura de seguros

Os seguros contratados pela Companhia possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, riscos operacionais, risco de engenharia, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada abaixo:

	2022	2021
Responsabilidade civil geral de obras	90.000	35.000
Riscos operacionais	63.186	162.689
Seguros garantias	51.660	44.312
Responsabilidade civil diretoria e administradores	30.000	30.000
Danos materiais	1.443	1.443

29 Compromissos

A Companhia celebrou contratos com clientes para execução dos seguintes projetos:

- Contrato de empreitada global para implantação da usina fotovoltaica Serra do Mato, assinado em 08 de fevereiro de 2022, com os clientes Serra do Mato III Energia Solar SPE e Serra do Mato IV Energia Solar.

- Contrato de engenharia, fornecimento e construção, em regime de empreitada integral a preço global para implantação da Linha de Transmissão 500KV que interligará a SE UTE GNA II à Subestação Campos II, assinado em 19 de maio de 2022, com o cliente UTE GNA II Geração de Energia.
- Contrato de empreitada global para implantação da Linha de Transmissão em 500KV Parque Eólico Pedra Pintada, assinado em 30 de março de 2022 com o cliente Enel Brasil.

30 Eventos Subsequentes

Mudança de pessoal-chave da administração

No dia 01 de março de 2023, o Sr. Afonso Carlos Brum Aguilar apresentou sua renúncia ao cargo de Diretor Executivo da Companhia. Em virtude da renúncia, o Conselho de Administração, elegeu o Sr. Marcelo Zaghi de Sousa, então gerente comercial da Companhia, para ocupar o cargo.

A nova Diretoria Executiva trabalhará em conjunto com os demais gestores para garantir a continuidade das operações e implementação de estratégias visando a criação de valor para os acionistas.

* * *

Diretoria

José Maria Barale
Presidente do Conselho Administrativo

Marcelo Zaghi de Sousa
Diretor-executivo

Responsável Técnico
Otávio Jorge Carvalho Ribeiro
Contador nº 8435/O CRC/PA
CPF nº 085.773.312-53

